

TREVO S.A. GRUPO LUXMA

CONSTITUINTE

Projeto de Cabral
recebe críticas de
todos os partidos

25 JUN 1987

por Francisca Stella Fogó
de Brasília

Porque é muito extenso, porque é desequilibrado, porque inclui muitos direitos sociais e poucos instrumentos de democratização da economia, porque abre demais as portas do Brasil para o capital estrangeiro, porque fecha demais, por essas e outras inúmeras razões o primeiro projeto integral da Constituição recebe críticas de constituintes de todos os partidos políticos e de todas as tendências.

"A reação é muito saudável", diagnostica o deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), que redigiu boa parte do projeto em colaboração com o deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da Comissão de Sistematização.

Cada um dos 559 constituintes participou de pelo menos uma parte do projeto, como membro das subcomissões e das comissões. Se o conjunto dos trabalhos, consolidado no projeto integral, não agrada ao conjunto dos constituintes, raciocina Jobim, é sinal de que o próximo projeto vai ser melhor.

Jobim acredita que, com o trabalho da Comissão de Sistematização, a Constituinte encerra o que chama de "fase pedagógica". Todos aprenderam, mediram forças, pensaram nos temas e na forma como devem ser tratados na nova Constituição.

O verdadeiro momento de decisão, pondera, começará a partir do dia 17 de julho, quando a segunda versão da Comissão de Sistematização chegar ao plenário. Será a partir de então que começarão a ser apresentadas emendas para alterar o conteúdo do projeto de referência. Inclusive as emendas de iniciativa popular, assinadas por mais de 30 mil eleitores.

Na avaliação do deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP), o projeto de Constituição elaborado pelo grupo de relatores da Co-

missão de Sistematização é "desequilibrado" não por culpa dos relatores, que precisavam ater-se às propostas das comissões e limitar-se a compatibilizá-las, mas por causa das incongruências das próprias propostas das comissões.

A direita, segundo a avaliação de Arruda Sampaio, deixou para a esquerda a formulação das declarações de direitos, das normas programáticas, e concentrou-se nos instrumentos de realização dos direitos. O exemplo típico, segundo o deputado, é a enunciação de amplos direitos que prevêem existência digna, estabelecem garantias ao homem do campo, incorporados ao mesmo projeto que prevê instrumentos tão limitados de reforma agrária que inviabilizam a distribuição da propriedade.

O deputado Gastoni Righi, líder do PTB na Câmara, direciona críticas ao próprio trabalho técnico da Comissão de Sistematização de eliminar redundâncias. Muitos dos 501 dispositivos aprovados, segundo ele, já poderiam ter sido eliminados, como o artigo 18, segundo o qual "o povo brasileiro é o sujeito da vida política e da História nacional".

Na avaliação do senador Irapuan Costa Júnior (PMDB-GO), autor do substitutivo sobre princípios gerais da ordem econômica aprovado na Comissão da Ordem Econômica, acredita que a Comissão de Sistematização extrapolou seus poderes ao alterar a definição original de empresa nacional e ao suprimir ou alterar disposições, como as relativas ao aproveitamento das áreas indígenas para a exploração mineral. O grupo a que pertence o senador, que defende a livre iniciativa e a garantia de acesso aos investimentos estrangeiros no Brasil, prepara um extenso conjunto de emendas, especialmente para serem apresentadas no plenário da Constituinte.

Sistematização deve
sofrer ampla discussãopor Francisca Stella Fogó
de Brasília

O presidente da Comissão de Sistematização da Constituinte, senador Afonso Arinos de Mello Franco (PFL-RJ), decidiu ontem que os temas da Comissão de Família, Educação, Ciência e Tecnologia poderão sofrer modificações de mérito, ao contrário dos projetos das outras sete comissões, que somente poderão receber emendas de redação.

A decisão de Arinos foi solicitada pela deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ). Como a Comissão de Família, Educação, Ciência e Tecnologia não conseguiu aprovar qualquer projeto, argumentou a deputada, o projeto elaborado pe-

lo relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral (PMDB-AM), deverá sujeitar-se à ampla discussão de todos os membros da comissão.

Nas próximas reuniões da Comissão de Sistematização, portanto, estarão sendo discutidos novamente temas polêmicos, como a reserva de mercado para o setor de informática e a concessão de emissoras de rádio e de televisão pelo presidente da República, "ad referendum" do Congresso Nacional e ouvido o Conselho Nacional de Comunicação, previsto no projeto de Cabral.

Ontem, a Comissão de Sistematização reuniu-se pela primeira vez, com a presença de cerca de 50 dos 93 membros efetivos.

O entendimento começa
na véspera da votaçãopor José Antônio Severo
de Brasília

A fase de entendimento entre os partidos políticos sobre a nova Constituição só deverá começar nas vésperas das votações em plenário, o que deverá começar entre 22 e 23 de setembro, previu o coordenador do centro de estudos e acompanhamento da Constituinte da Universidade de Brasília (UnB), o ex-deputado João Gilberto. Segundo o político gaúcho, ligado ao PMDB, algumas questões fundamentais somente serão resolvidas nas próprias votações, vencendo o texto da maioria.

"Nós sabemos que alguns pontos, como o direito de propriedade, parlamentarismo e presidencialismo, por exemplo, vão ser disputados até a última hora", diz Gilberto. "Mas muitas coisas sobre as quais houve radicalização, serão superadas no processo de negociação."

João Gilberto explica por que ainda não houve negociação: "Sendo esta fase só um ensaio, estando a Constituinte subdividida em grupos (subcomissões e comissões), cada corrente que tenha maior bancada faz prevalecer seu ponto de vista. Agora, o processo vai ser canalizado para a Comissão de Sistematização e depois ao plenário para receber emendas. Nessa fase vamos ver muita negociação. Foram rajadas de metralhadoras de um lado e de outro. Daqui para a frente, muita coisa sobre a qual se radicalizou vai ser

resolvida com facilidade, ou com alguma dificuldade, mas vai ser resolvida".

Diz o coordenador da UnB, que a Constituinte "até aqui foi só treinamento, porque foi escolhido um caminho muito plural que está apenas na fase de elaboração de um projeto. No dia 15 de julho é que termina o treinamento e começam as emendas, começam as negociações de verdade que acompanharão o projeto até a votação final. Mas as votações só valem quando delas participarem todos os 559 constituintes".

Entretanto, nessa fase de ensaio geral, diz João Gilberto que já se podem obter tendências: "Podemos ver, até agora, que teremos avanços. A Constituinte vai ousar bastante em alguns campos. Nós vamos ter direitos individuais, direitos positivos, foros de participação do cidadão, foros de participação da sociedade organizada, direitos sociais novos".

João Gilberto adverte, no entanto, que em alguns temas onde os anteprojetos das subcomissões foram acabados debaixo de grandes polêmicas, a tendência verificada na primeira fase deve ser atenuada, quando for para o plenário. Houve uma acentuada participação progressista na ordem social, o mesmo ocorrendo com os conservadores na ordem econômica. Em plenário será um meio-termo entre esses dois aspectos", diz o coordenador do centro. "E existem outras", ele repete, "serão polêmicas até o fim."